PROF. LEONARDO AQUINO

# SIMULADO MPU

P R O V A 0 4

# MINISTÉRIO PÚBLICO
## DA UNIÃO - MPU

# ANALISTA DO MPU

### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

### TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

FGV CONHECIMENTO

# Língua Portuguesa

**1**

A frase abaixo, retirada do romance A Condessa Vésper, de Aluísio Azevedo, em que houve troca indevida entre as expressões "ao encontro de" e "de encontro a" é:

(A) Depois foi à janela respirar um pouco de ar, e viu na rua, encostado ao lampião, o homem que falara com Violante. Desceu sem ruído ao encontro dele.
(B) Apeou-se defronte da casa do Jorge. Um velho de longas barbas estava assentado ao limiar da porta, saiu-lhe ao encontro e perguntou com ar triste: — O senhor naturalmente é o Dr. Gabriel?
(C) Os homens, que V. S. tem defronte de si e que o guardam à vista, são de confiança e estão pagos para não o deixarem fugir; escusa, por conseguinte, tentar qualquer meio que for de encontro ao que determinei.
(D) Enquanto sucedia ao pobre Gabriel o que acabamos de ver, Melo Rosa tomava um carro de praça e mandava tocar à toda para Laranjeiras, correndo ao encontro de Ambrosina, que devia estar à sua espera...
(E) Esperava, por outro lado, que as suas recentes decisões não fossem ao encontro do que pretendia, o que lhe traria imensa decepção.

**2**

Nas frases abaixo há abreviaturas de vários símbolos; a forma abreviada que está corretamente empregada é:

(A) Cheguei à estação às 15hs;
(B) Percorri 25 km em meia hora;
(C) Eram 2h:15mins. quando o avião pousou;
(D) A régua tinha 30cms e era maior que as outras;
(E) A viagem durou cerca de 2h em função do acidente.

**3**

O emprego do gerúndio na língua escrita é bastante problemático. A frase abaixo em que o emprego do gerúndio é criticável é:

(A) O político saudava a todos os presentes, sorrindo;
(B) Eu me canso muito dirigindo o caminhão;
(C) Meu filho, tome banho correndo;
(D) O ladrão fugiu, sendo detido pouco depois;
(E) Encontraram o velhinho tossindo em sua cama.

**4**

Num texto argumentativo, é frequente a presença de argumentadores lógicos.

A opção em que o exemplo dado tem o valor de seu conector lógico corretamente indicado é:

(A) Os acidentes de trânsito provocam a morte de muitas pessoas além de trazerem grande prejuízo ao transporte de mercadorias, que fica paralisado por horas / conector lógico que permite a comparação entre dois fatos;
(B) Os adolescentes abandonam o lar materno quando crescem; do mesmo modo, os pássaros deixam o ninho assim que aprendem a voar / conector lógico que permite acrescentar um argumento novo;
(C) Os produtos estrangeiros são bem-conceituados no mercado brasileiro; no entanto, alguns produtos nacionais são bem superiores aos estrangeiros / conector lógico que expressa a razão de um fato;
(D) Ainda que as estradas estejam em mau estado de conservação, as pessoas ainda mantêm o prazer de viajar nas férias / conector lógico que permite mostrar a consequência, o ponto de chegada de uma ideia;
(E) É muito arriscado que, nas viagens, os turistas contem somente com os cartões de crédito como meios de pagamento, dado que a tecnologia pode trazer surpresas desagradáveis / conector lógico que expressa a razão de um fato.

**5**

"A melhor defesa contra a bomba atômica é não estar lá quando ela explodir".

O problema de construção dessa frase está:

(A) no emprego de "lá" sem antecedente;
(B) na utilização do pronome "ela" para substituir "bomba";
(C) na falta de vírgula antes da última oração;
(D) no mau uso de "melhor" para adjetivar "defesa";
(E) na incoerência interna entre segmentos.

**6**

Todo texto bem estruturado mostra um tema e progressão; a opção em que o progresso do texto é feito por frases que mostram o mesmo tema é:

(A) Automedicar-se é um problema, pois a automedicação, bem passível de erros, pode causar prejuízos à saúde, além de gerar despesas inúteis em alguns casos.
(B) Os turistas trazem benefícios econômicos a um local, mas nem sempre são bem-vindos, pois o país que os recebe pode não estar preparado para um fluxo intenso, necessitando mais investimentos na infraestrutura.

(C) As livrarias estão desaparecendo, pois a leitura não está sendo incentivada nas escolas e os donos de lojas comerciais não querem sofrer prejuízos.
(D) Os dicionários são livros bastante úteis, assim como os romances históricos, que simultaneamente nos educam e nos trazem conhecimentos.
(E) Os carros importados são melhores que os nacionais; a importação de carros melhorou a nossa indústria automobilística.

**7**

Mistura dos discursos direto e indireto, o discurso indireto livre é um recurso narrativo que permite que aflorem a fala e as reflexões dos personagens entre as palavras do discurso do narrador, como ocorre no seguinte trecho machadiano:

(A) A verdade é que minha mãe era cândida como a primeira aurora, anterior ao primeiro pecado;
(B) Eu deixei-me estar a ver os olhos de Virgília, a namorar-lhe a boca, fresca como a madrugada, e insaciável como a morte;
(C) Helena fez-se lépida e viva, como as andorinhas que antes, e ainda agora, esvoaçam por cima das árvores e por cima da grama;
(D) Tínhamos chegado à janela; um preto, que, desde algum tempo, vinha apregoando cocadas, parou em frente e perguntou:–Sinhazinha, quer cocada hoje?;
(E) Viu o imenso espaço que aquele amor lhe tomara na vida, e a terrível influência que poderia exercer nela, caso não achasse forças para resistir à separação. Qual seria o meio de escapar a esse desenlace, pior que tudo?.

**8**

As inferências são fruto do conhecimento de mundo do leitor, que deve reconhecer as ligações semânticas não explicitadas. A única frase abaixo que **NÃO** se enquadra entre inferências é:

(A) "O carro entrou bastante devagar no estacionamento, com os pneus traseiros arriados";
(B) "O Novo Testamento é de leitura mais fácil que o Velho Testamento; os evangelhos são úteis para nossa vida";
(C) "Os turistas compraram uma casa na cidade visitada; os quartos davam vista para a montanha";
(D) "As garrafas de vinho foram colocadas deitadas no armário, com os rótulos para cima";
(E) "O médico pegou o formulário de cima da mesa e escreveu o endereço para o cliente".

**9**

Dentre as frases abaixo, a única que **NÃO** mostra valor humorístico, irônico ou crítico é:

(A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida;
(B) Alguns homens de criação são vulcões extintos;
(C) Professores e pais existem para serem suplantados;
(D) Aquele que costuma dar palpites sobre nossos jardins jamais cuida de suas plantas;
(E) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano.

**10**

Observe o seguinte texto publicitário:

"Miramar. Estilo, conforto e personalidade. Cada detalhe do Miramar tende a satisfazer seu desejo de bem-estar. Instale-se e desfrute das vantagens de um hóspede de classe. Miramar oferece a seus olhos o espetáculo de elegância da linha do respeito à tradição Miramar. Materiais nobres, interiores aconchegantes, ambiente sonoro excepcional, riqueza de equipamentos digna de um automóvel decididamente inovador".

A estruturação desse texto mostra:

(A) uma tentativa de união de valores modernos e tradicionais;
(B) uma quebra de expectativa do produto anunciado;
(C) uma supervalorização econômica do produto;
(D) um direcionamento da publicidade para a classe média;
(E) uma desvalorização de produtos semelhantes.

**11**

A opção abaixo que mostra uma narrativa de sequência linear, sem interrupções, é:

(A) "Dvorak arrastou-se até o alto do morro e olhou a paisagem abaixo – lembrou-se da terra de onde saíra e sentiu saudades. Viu um conjunto de grandes árvores e um monte de pedras";
(B) "As águas invadiram o centro da cidade e trouxe preocupações aos moradores que procuraram proteger suas casas. Como já tinham passado por isso em anos passados, procuraram repetir as ações que tinham dado certo. Trancaram as portas com trancas pregadas nas soleiras das portas e nos batentes das janelas, colocaram os animais em lugares mais altos...";
(C) "Os charreteiros abriram o desfile, com seus belos cavalos. Em seguida, conforme o hábito da região,

estabelecido pelos primeiros habitantes alemães, fundadores da cidade, vieram as mulheres com seus trajes tradicionais e, por fim, os incontáveis grupos profissionais com suas roupas características";

(D) "Os primeiros banhistas descobriram o corpo na areia e um deles chamou a polícia, que veio logo a seguir. Examinaram o corpo, mas ninguém foi capaz de identificar a vítima do assassinato";

(E) "O freguês habitual do bar se sentou numa cadeira do balcão, pediu um drink e começou a reclamar dos preços do estabelecimento. Esse, aliás, é um hábito muito comum entre clientes habituais, o de reclamar de preços que sempre pagaram. O garçom explicou o que pôde e passou a fazer outra coisa".

**12**

A frase abaixo que apresenta um exemplo de má argumentação, apoiado numa generalização excessiva, é:

(A) Esse homem, acusado de furto no supermercado, é pai de cinco filhos e funcionário público da Prefeitura.

(B) A turma visitou a fábrica de sorvetes e Marta voltou gripada, o que mostra irresponsabilidade dos diretores.

(C) Se todos os empregados chegassem na hora, a produção da fábrica seria mais alta e de preço mais baixo.

(D) Como alguns livros ensinam a viver, nada mais justo que ler mais.

(E) Os cariocas não gostam de trabalhar: basta ver a praias cheias de gente em dias úteis.

**13**

Em muitos textos argumentativos aparecem exemplos que os acompanham por ilustração, concretização, precisão etc.

O argumento abaixo que mostra um exemplo cujo tipo está corretamente indicado é:

(A) A indústria agroalimentar necessita de uma fiscalização rigorosíssima, bastando lembrar-nos da epidemia da vaca louca para que façamos mais atenção / exemplo de uma citação como autoridade;

(B) Muitas vezes autor e personagem têm pouco em comum, como mostra o caso de Charles Chaplin / exemplo literário, que mostra uma obra literária como comprovação;

(C) Em algumas viagens, dependendo do lugar para onde vamos, devemos ter cuidado com as nossas coisas; eu mesma fui roubada no aeroporto de Madri / exemplo de uma experiência pessoal;

(D) Guarde dinheiro para a velhice, pois, como diz o ditado popular, o amanhã está mais perto do que pensamos / exemplo por um fato real;

(E) A gravação de algumas cenas de novela traz sofrimentos para atores e atrizes; podemos imaginar o que sofre um personagem na gravação de uma surra que leva / exemplo histórico, em que um fato ensina para o futuro.

**14**

O texto machadiano abaixo que **NÃO** mostra uma quebra de paralelismo semântico é:

(A) Minha mãe era uma senhora fraca; temente às trovoadas e ao marido;

(B) O Vilaça levava nos olhos umas chispas de vinho e de volúpia;

(C) Viviam do amor e da bolsa do pai, inesgotáveis ambos;

(D) Vivia de lembranças e saudades por todo o ano;

(E) Marcela amou-me durante quinze dias e onze contos de réis.

**15**

Nas frases abaixo temos o emprego de palavras ou expressões consideradas sexistas e, por isso, desaconselhadas, pelo menos para alguns. Em todos os exemplos abaixo foram propostas modificações para evitar-se o problema.

A frase em que a proposta **NÃO** está adequada é:

(A) o corpo do homem / o corpo humano;

(B) os chilenos / os chilenos e as chilenas;

(C) as mulheres da limpeza / o pessoal da limpeza;

(D) os casais do bairro / os homens e as mulheres do bairro;

(E) o homem da rua / as pessoas comuns.

## Noções de Sustentabilidade

**16**

A União criou uma unidade de conservação Alfa (UC Alfa) do grupo das Unidades de Proteção Integral, que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Sabe-se que a UC Alfa é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Ademais, é proibida a visitação pública à UC Alfa, exceto quando com objetivo educacional, de acordo

com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

Diante da narrativa acima e consoante dispõe a Lei nº 9.985/2000, a UC Alfa é um(a):

(A) Estação Ecológica, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento;
(B) Reserva Biológica, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade ou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
(C) Parque Nacional, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade ou do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
(D) Refúgio de Vida Silvestre, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade ou do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
(E) Área de Relevante Interesse Ecológico, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

**17**

A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e apresenta diversos princípios a serem seguidos na gestão dessa política.

Um desses princípios tem como objetivo minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, e também os impactos causados à saúde humana e à qualidade do meio ambiente, decorrentes da sucessão de estágios, insumos e processos pelos quais um produto passa, desde seu desenvolvimento até a colocação no mercado, passando pela ascensão e posterior queda nas vendas e até mesmo pela eventual retirada de circulação.

Esse princípio é apresentado na PNRS como:

(A) da prevenção e precaução em relação à geração e à disposição de rejeitos;
(B) poluidor-pagador pelo lançamento indevido de resíduos;
(C) da visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos;
(D) da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
(E) do reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social.

**18**

A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

De acordo com o referido diploma legal, **NÃO** constitui um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(A) sistemas de logística reversa;
(B) incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
(C) proibição de consórcios entre os entes federados;
(D) termos de compromisso e termos de ajustamento de conduta;
(E) incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

**19**

A respeito das circunstâncias agravantes e atenuantes, é **correto** afirmar que:

(A) constitui circunstância que sempre agrava a pena ter o agente cometido o crime por intermédio da rede mundial de computadores;
(B) pode a reincidência ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial;
(C) pode o reconhecimento de circunstância atenuante conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal;
(D) configura circunstância atenuante nos crimes ambientais o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente;
(E) poderão as circunstâncias agravantes ser aplicadas ainda que constituam simultaneamente circunstância elementar ou circunstância qualificadora do crime.

**20**

João, de forma culposa, usou produto com substância tóxica, nociva ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis e nos seus regulamentos.

Em matéria criminal, de acordo com a Lei nº 9.605/1998, em tese, João:

(A) não praticou crime ambiental, pois não existe previsão legal para a modalidade culposa do crime narrado;
(B) não praticou crime ambiental, mas cometeu contravenção penal ambiental, que não enseja possibilidade de transação penal, diante da natureza do ilícito;
(C) praticou crime ambiental e é incabível a transação penal, diante da pena máxima abstratamente prevista, que é superior a dois anos;
(D) praticou crime ambiental de menor potencial ofensivo, e é cabível proposta de transação penal, desde que haja prévia concordância do órgão ambiental competente do Sisnama;
(E) praticou crime ambiental de menor potencial ofensivo, mas a proposta de transação penal somente é viável mediante composição de eventual dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

**21**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A III, em dezembro de 1948. Umas de suas motivações é a proteção dos direitos humanos pelo império da lei. Não é possível negar que uma das suas inspirações foram as atrocidades praticadas por regimes totalitários. Hoje, no entanto, tem-se enfatizado a crise por que passa a democracia a partir das fragilidades próprias desse regime.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é **correto** afirmar que:

(A) a previsão do direito humano à liberdade de expressão, instrumento colocado para promover a democracia, não encontra limitação expressa, a significar que qualquer discurso é legítimo;
(B) a disposição afirmando o direito a participar do governo do próprio país diretamente inexiste, muito embora haja previsão dessa participação por meio de representantes livremente eleitos;
(C) o direito humano de liberdade de associação, próprio dos regimes democráticos, conquanto previsto e condicionado ao caráter pacífico, não vem acompanhado da inerente liberdade de não se associar;
(D) a vontade do povo como sendo a base da autoridade de um governo é reconhecida como direito humano, mas isso abre espaço para o problema da tirania da maioria, não resolvido pelo texto;
(E) o governo, apoiado na vontade do povo, reclama sua manifestação através de eleições periódicas e legítimas, sufrágio universal e voto secreto ou processo equivalente, assegurada a liberdade de voto.

**22**

Tramita em um órgão jurisdicional de primeira instância do Tribunal Regional Federal da 1ª Região um processo judicial que discute uma norma infralegal, que busca densificar uma lei. Por aquela norma, ficou estabelecida a vedação, com a utilização de carros de som ou assemelhados, da realização de qualquer manifestação pública, em locais abertos ao público pertencentes à União Federal. Os autos foram ao gabinete da magistrada, que, por sua vez, pediu uma pesquisa à sua equipe.

Quanto ao tema do enunciado, com relação aos direitos fundamentais e à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é **correto** afirmar que:

(A) as restrições a direitos fundamentais podem ser levadas a efeito, ainda que não se enxergue a tutela de bem jurídico específico, posto que um direito deve ser sempre concebido em si, independentemente de outros direitos, o que confere legitimidade à norma infralegal;
(B) a liberdade de reunião tem caráter instrumental, com duplo alcance, por assegurar a expressão de uma das mais importantes liberdades individuais e garantir a espontaneidade à atuação de distintos grupos sociais, o que deve ser incorporado na pesquisa;
(C) o caso abrange o direito fundamental de reunião, categorizado como clássico direito social, consagrado na Constituição Brasileira de 1988, mas sem previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que diminui o raio de pesquisa da citada equipe;
(D) a liberdade de reunião, positivada no texto constitucional como direito fundamental, não encontra condicionamento para o seu exercício, de modo que o ato infralegal não a respeita, devendo essa consideração ser incluída na pesquisa solicitada pela magistrada;

(E) a vedação à utilização de carros de som ou assemelhados, quando da realização da citada manifestação pública, não deve ser encarada como restrição a direito fundamental, visto permanecer possível seu exercício sem o emprego da ampliação do som, sendo legítima a norma infralegal.

**23**

Os objetivos de desenvolvimento sustentável, presentes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), são amplos e muito diversos. Eles tendem a trazer problemas e soluções comuns a diversos países. Um desses problemas é a criminalidade, e um objetivo, batizado como paz, justiça e instituições eficazes, aborda ideias consideradas relevantes.

Quanto ao tema do enunciado, em especial com relação ao objetivo mencionado, é **correto** afirmar que:

(A) o tráfico internacional de drogas ganhou destaque expresso e foi considerado como primeiro assunto na listagem, ante o problema global que representa;
(B) as armas ilegais e a prática de crimes violentos, executados com o emprego delas, por terem sido compreendidos como um problema nacional de cada país, não mereceram atenção;
(C) a proteção às crianças foi enfatizada e, com relação a elas, foi expresso o ambicioso objetivo de acabar com o abuso, a exploração, o tráfico e todas as formas de violência e tortura;
(D) a existência de regimes autocráticos foi enfatizada como responsável pelo fomento à criminalidade transnacional, devido ao fato de a ausência de liberdade levar a uma maior ocorrência de ilícitos penais;
(E) a opção pela formatação de instituições que atuem à base da decretação de sigilo e sem responsividade foi compreendida como a mais eficaz no combate ao crime organizado internacional.

**24**

A Lei nº 10.048/2000 trata da prioridade de atendimento às pessoas que especifica, dentre as quais a pessoa com deficiência. Sua estrutura basicamente se divide em apontar as pessoas beneficiárias da prioridade e quem deve respeito à legislação, sobretudo o Estado e pessoas jurídicas de direito privado, além da previsão das consequências pelo descumprimento.

Quanto à referida lei, é **correto** afirmar que:

(A) os acompanhantes pessoais da pessoa com deficiência somente serão atendidos após o atendimento de todas as pessoas com deficiência que estejam presentes no momento e queiram ser atendidas;
(B) o Poder Judiciário não se submete à imposição de atendimento prioritário, por meio de serviços coletivos, que prezem pelo tratamento igualitário à pessoa com deficiência, por conta da separação de poderes;
(C) o atendimento por meio de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para pessoas com deficiência não deve ser realizado, porque essa conduta acaba por expor e discriminar tal parcela da sociedade;
(D) o atendente pessoal da pessoa com deficiência, diferentemente do acompanhante, deve ser atendido separadamente da pessoa com prioridade, porquanto entendeu o legislador ter ela menos relevância;
(E) o atendimento à pessoa com deficiência deve se dar imediatamente após findo o atendimento em andamento e antes de qualquer outro, caso inexistam postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos destinados ao público prioritário.

**25**

Uma lei impôs aos estabelecimentos federais de ensino a utilização de cadeiras adaptadas para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida. Nela foi determinado que o número de cadeiras adaptadas deve ser, no mínimo, igual ao número de alunos regularmente matriculados em cada sala. Deixou a lei de tratar sobre pessoas com deficiência auditiva e visual.

Com relação ao tema do enunciado, à Lei nº 10.098/2000, que trata sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e ao pensamento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

(A) a Lei nº 10.098/2000 não tratou dos locais de aula para pessoas que utilizam cadeiras de roda, deixando um vácuo suplementado pela aludida lei, que optou pelo uso de cadeiras adaptadas;
(B) a lei federal, em respeito ao princípio da proporcionalidade, deveria estabelecer que o número de cadeiras adaptadas seria o número de alunos com deficiência regularmente matriculados em cada sala;

(C) a Lei nº 10.098/2000 dispôs sobre lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, mas não sobre a presença do respectivo acompanhante, o que obedece à ideia de autonomia;
(D) o respeito à imposição legal não seria um problema orçamentário, pois o aludido critério do número de alunos regularmente matriculados obedece à lógica da integração social;
(E) a referida imposição aos estabelecimentos federais de ensino viola a não discriminação, porque as pessoas com deficiência receberiam tratamento diferenciado em decorrência dessa condição.

## Noções de Administração Pública

**26**
Em determinada organização, três administradores se destacam por suas características e funções específicas:

> **1**. Arnaldo é reconhecido pela sua excelente sociabilidade, sendo responsável por participar de cerimônias e eventos sociais corporativos em nome da organização;
>
> **2**. Kléber se destaca por seu perfil criativo e inovador, tendo como principal atribuição identificar oportunidades de mercado e propor novos projetos para a organização;
>
> **3**. Carlos Alberto, devido à sua capacidade analítica, é o responsável por monitorar o ambiente organizacional, coletando e analisando informações estratégicas.

Conforme os 10 papéis específicos desempenhados pelos administradores, é correto afirmar que Arnaldo, Kléber e Carlos Alberto desempenham, respectivamente, os papéis de
(A) "líder", "negociador" e "disseminador".
(B) "elemento de ligação", "empreendedor" e "porta-voz".
(C) "negociador", "símbolo" e "líder".
(D) "símbolo", "empreendedor" e "monitor".
(E) "alocador de recursos", "solucionador de conflitos" e "disseminador".

**27**
O diretor de uma rede de academias está utilizando o Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de gestão estratégica. Considerando as quatro perspectivas dessa metodologia, assinale a opção que apresenta um objetivo relacionado à perspectiva de Aprendizado e Crescimento.
(A) Aumentar o lucro líquido em 15%.
(B) Aumentar o ticket médio por aluno inscrito.
(C) Elevar o índice de satisfação dos clientes.
(D) Certificar 60% dos instrutores em primeiros socorros.
(E) Fortalecer a presença digital da marca.

**28**
44 Uma empresa do setor de tecnologia, enfrentando dificuldades para aumentar sua participação no mercado, contratou uma consultoria especializada para diagnosticar seus problemas organizacionais. Após análise detalhada, o consultor apresentou o seguinte diagnóstico:

- Estabilidade nos relacionamentos internos.
- Superespecialização da força de trabalho.
- Dificuldade de adaptação às mudanças.
- Problemas de comunicação entre departamentos.

Com base nesse diagnóstico constatado pela consultoria, é correto afirmar que a empresa adota uma departamentalização do tipo
(A) funcional.
(B) por produto.
(C) por processo.
(D) por projeto.
(E) matricial.

**29**
O engajamento de talentos é essencial para criar um ambiente de trabalho motivador e produtivo, onde os colaboradores se sentem valorizados e alinhados com os objetivos da organização. Esse ecossistema envolve integrar cultura organizacional, liderança, comunicação e reconhecimento para maximizar a motivação e participação.

Uma condição essencial para as organizações engajarem talentos é
(A) desestimular oportunidades de crescimento e desenvolvimento.
(B) promover um ambiente de trabalho tóxico.
(C) criar recompensas inadequadas.

(D) proporcionar um desalinhamento entre valores e cultura.
(E) oferecer um trabalho que tenha sentido e significado para a pessoa.

**30**
A avaliação de desempenho é vista como um processo para reduzir incertezas e buscar consonância e melhoria. Ela reduz a incerteza do colaborador ao fornecer *feedback* sobre seu desempenho e promove consonância ao facilitar a troca de ideias e a concordância entre colaborador e gestor. A avaliação deve mostrar ao colaborador como seu trabalho e sua contribuição são percebidos pela organização e pelos *stakeholders*.

A avaliação de desempenho na qual cada colaborador se avalia constantemente quanto à sua performance, eficiência e eficácia, tendo em vista determinados parâmetros fornecidos pelo seu líder ou pela própria atividade é a
(A) avaliação interativa.
(B) avaliação de 360º.
(C) autoavaliação do desempenho.
(D) avaliação pelo líder.
(E) avaliação pelo *coach*.

## Legislação Institucional

**31**
Com relação ao controle da atividade policial exercido pelo Ministério Público da União e aos poderes jurídicos dados ao MPU para o exercício dessa atividade, assinale a opção incorreta à luz da Lei Complementar nº 75/93.
(A) Pode ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais.
(B) Promove a ação penal por abuso de poder.
(C) Conhece imediatamente sobre a prisão de qualquer pessoa por autoridade federal, distrital ou estadual.
(D) Requisita a instauração de inquérito policial sobre fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial.
(E) Tem acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial.

**32**
Não participa do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União:
(A) o procurador-geral da República.
(B) o procurador-geral do Trabalho.
(C) o procurador-geral da Justiça Militar.
(D) o corregedor do Ministério Público Federal.
(E) o vice-procurador geral da República.

**33**
A respeito da escolha e das atribuições do procurador-geral de Justiça, assinale a opção incorreta.
(A) É nomeado pelo governador do Distrito Federal com a anuência do presidente da República.
(B) Podem concorrer ao cargo os membros do Ministério Público do Distrito Federal com mais de cinco anos de exercício nas funções da carreira atendidas outras condições previstas em lei complementar.
(C) Nomeia o corregedor-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
(D) Determina a abertura de correição, sindicância ou inquérito administrativo.
(E) Coordena as atividades do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

**34**
Não é (são) órgão(s) do Ministério Público Federal
(A) os procuradores da República.
(B) os procuradores Regionais da República.
(C) o Conselho Superior do Ministério Público Federal.
(D) o Colégio de Procuradores da República.
(E) o procurador distrital.

**35**
Com relação aos afastamentos dos membros do Ministério Público da União, assinale a assertiva correta.
(A) Podem afastar-se até oito dias consecutivos por motivo de casamento.
(B) Podem afastar-se para comparecer a seminários ou congressos só no País.
(C) Podem exercer cargo eletivo não devendo afastarem-se durante a campanha.
(D) Podem ministrar cursos e seminários destinados ao aperfeiçoamento dos membros da instituição e de servidores da Administração Pública em geral.
(E) Podem, independente de autorização do procurador-geral, freqüentar curso de aperfeiçoamento e estudo no exterior.

# Conhecimentos Específicos

**36**

João e Maria pleitearam, junto ao órgão administrativo competente, autorização para a realização de determinada atividade, que é ato administrativo discricionário.

A autorização pleiteada por João foi indeferida de plano, mediante pormenorizada motivação, enquanto aquela pleiteada por Maria está pendente de apreciação há mais de seis meses.

Considerando que ambos visam a buscar o controle jurisdicional acerca das situações por eles enfrentadas, é correto afirmar que:

(A) em ambos os casos, cabe ao Poder Judiciário deferir os mencionados atos administrativos discricionários, substituindo, assim, a vontade da Administração;
(B) em nenhum dos casos caberia o controle pelo Poder Judiciário, considerando que os atos discricionários não são passíveis de tal controle;
(C) apenas a situação de João seria passível de controle pelo Poder Judiciário, considerando que somente nessa hipótese houve o pronunciamento da Administração;
(D) no caso de Maria, a omissão administrativa é passível de controle por caracterizar abuso de poder, mas o Judiciário não pode deferir o ato em si, em razão de ele ser discricionário;
(E) no caso de João, a motivação não pode ser objeto de controle pelo Judiciário, ainda que os motivos nela apontados sejam falsos, inexistentes ou inidôneos para a realização do ato.

**37**

Diante do arcabouço constitucional delimitado para os agentes públicos, notadamente com relação aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o qual está prevista a garantia da estabilidade, é correto afirmar que:

(A) é possível a investidura em tal cargo sem a realização de concurso público;
(B) é cabível a majoração da remuneração dos cargos em questão por meio de Decreto;
(C) é indispensável que as atribuições de tais cargos sejam relacionadas às funções de direção, chefia e assessoramento;
(D) é vedada a acumulação de tal cargo com atribuição administrativa e burocrática com emprego público em semelhante área de atuação;
(E) é viável a aquisição da garantia da estabilidade, consagrada para tal cargo, sem a realização de avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade.

**38**

Roberval pagou R$ 30.000,00 para que Sandra certificasse, nos autos de um processo administrativo, que estavam reunidos os requisitos para que ele incorporasse determinada vantagem a seus vencimentos.

Depois de três anos recebendo o benefício, Roberval passa em outro concurso e se exonera do cargo até então ocupado. Passados mais dois anos, a Administração é alertada, pelo tribunal de contas, da nulidade do ato concessivo. Cinco anos depois, ultima a sua anulação. Logo depois, pede, judicialmente, a devolução do valor recebido por Roberval, que, a seu turno, alega a decadência de tal direito de autotutela.

Nesse caso, à luz da Lei nº 9.784/1999, a decadência:

(A) não se consumou;
(B) consumou-se cinco anos depois do primeiro pagamento;
(C) consumou-se cinco anos depois do último pagamento;
(D) consumou-se cinco anos depois de ser cientificada pelo tribunal de contas;
(E) consumou-se dois anos e meio depois de ser cientificada pelo tribunal de contas.

**39**

Pode(m) participar de licitação:

(A) pessoa jurídica do mesmo grupo econômico daquele que é autor do projeto básico, em licitação de obras a ele relacionados;
(B) pessoa física empregada de um dos membros da comissão de licitação;
(C) pessoa jurídica condenada definitivamente três anos antes por trabalho infantil;
(D) pessoas jurídicas coligadas, concorrendo entre si;
(E) pessoas jurídicas em consórcio, mesmo quando o edital nada dispuser sobre o tema.

**40**

A Administração deseja vender bem imóvel de sua propriedade pelo maior preço possível.

Nesse caso, deve adotar a seguinte modalidade de licitação:

(A) leilão;
(B) concessão;

(C) concorrência;
(D) pregão;
(E) concurso.

**41**
Suponha que, em decorrência de uma operação policial, tenha ocorrido a morte por disparo de arma de fogo de um civil desarmado dentro de sua residência, não sendo, contudo, possível identificar se o projétil que atingiu a vítima foi disparado por agente estatal.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em tais circunstâncias, é correto afirmar que:
(A) a impossibilidade de identificação da origem do projétil em questão, por si só, é suficiente para romper o nexo de causalidade e, consequentemente, afastar o dever de indenizar do Estado em tais circunstâncias;
(B) a aludida ação estatal importa na aplicação da teoria do risco integral que afasta a possibilidade de reconhecimento das hipóteses interruptivas do nexo de causalidade;
(C) eventuais danos decorrentes da ação em questão não podem ensejar a sua responsabilização civil, por se tratar do exercício de atividade estatal típica, que não pode caracterizar o dever de indenizar;
(D) a responsabilização do Estado em tais circunstâncias é subjetiva, de modo que deve restar comprovada a culpa ou dolo do agente estatal na aludida empreitada para a caracterização do dever de indenizar;
(E) comprovado o confronto armado entre agentes estatais e criminosos, bem como a lesão ou morte de cidadão por disparo de arma de fogo, cabe ao Estado comprovar a ocorrência de hipóteses interruptivas da relação de causalidade, independentemente da origem do projétil.

**42**
Determinado ente da federação, no âmbito de suas competências, resolve conceder incentivo fiscal a indústrias e entidades dedicadas à reciclagem de resíduos produzidos no território nacional, conforme autorizado pelo Art. 44 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS).

Trata-se, portanto, de aplicação prática do seguinte princípio previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos:
(A) princípio do protetor-recebedor;
(B) princípio do poluidor-pagador;
(C) princípio da participação pública;
(D) princípio da responsabilidade;
(E) princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

**43**
À medida que a população cresce em larga escala, a produção industrial experimenta elevado incremento para acompanhar a nova demanda. Como resultado, temos uma crescente geração de resíduos. Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos se mostra imprescindível para permitir o melhor aproveitamento das matérias-primas e a redução das agressões ao meio ambiente. Assim, em busca do desenvolvimento sustentável e a fim de propiciar padrões dignos de vida a esta e às futuras gerações, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu uma ordem de prioridade das ações que devem ser encaminhadas na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos.

A alternativa que contém práticas organizadas segundo a ordem de prioridade definida na PNRS é:
(A) reciclagem, comprar roupas em brechó, destinar resíduos ao aterro sanitário;
(B) recuperação energética de resíduos, reaproveitamento da matéria prima em outras cadeias produtivas, reduzir impressões em papel;
(C) embalagem retornável, reciclagem, destinar resíduos ao aterro sanitário;
(D) recuperação energética, reciclagem, utilizar copos de vidro no lugar de descartáveis;
(E) reciclagem, destinação a aterro, recuperação energética de resíduos.

**44**
A coleta seletiva é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), juntamente com os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Sobre a coleta seletiva, é correto afirmar que:
(A) é facultado aos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos o estabelecimento de metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
(B) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a destinação de materiais reutilizáveis e recicláveis oriundos da coleta seletiva às indústrias recicladoras que apresentem proposta mais vantajosa economicamente;

(C) são consideradas formas de coleta seletiva a coleta porta a porta, a coleta por pontos de entrega voluntária (PEVs) e as unidades de triagem de resíduos;
(D) para a implementação adequada da coleta seletiva, é imprescindível a contínua prática de educação ambiental e mobilização social que promovam a conscientização de que a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos inicia-se com o gerador em sua residência, por meio da adequada separação e acondicionamento dos resíduos;
(E) dentre os desafios encontrados para a reciclagem, destacam-se o descarte incorreto dos materiais, a contaminação dos recicláveis e a prioridade legal conferida à incineração de resíduos.

**45**

Lenira, que acabara de perder o marido vítima de atropelamento, encontrando-se em situação financeira muito difícil para se sustentar e manter os quatro filhos, foi procurada por Dr. Tício, advogado, que ofereceu a ela os seus serviços para obter a pensão por morte que ela não conseguira administrativamente, mediante a remuneração de 60% (sessenta por cento) sobre a totalidade do benefício auferido na ação judicial.
Lenira, de pouca instrução e desesperada para obter ajuda, celebrou o negócio jurídico nesses termos com o referido advogado.
De acordo com a situação hipotética apresentada, Lenira pode propor ação de anulação

(A) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base em coação moral.
(B) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no estado de perigo.
(C) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no dolo.
(D) no prazo de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base na lesão.
(E) no prazo de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no erro.

**46**

Osvaldo celebrou um contrato, com prazo de vigência de seis meses, pelo qual se comprometeu a vender os tomates que produz por R$3,00 (três reais) o quilo para um mercado local, devendo entregá-los toda segunda-feira de manhã.

Passados dois meses de execução regular do contrato, Osvaldo entendeu que o contrato se tornou injusto, pois houve significativa alta no valor do tomate em razão de pragas que atingiram os produtores da região. Diante disso, pretende a resolução do contrato por onerosidade excessiva.

Sobre o caso, analise as afirmativas a seguir.

**I**. A pretensão de Osvaldo somente poderá ser acolhida se a alta no valor do tomate em razão de pragas que atingiram os produtores da região for considerada um acontecimento imprevisível no momento da contratação.

**II**. Ainda que o pedido de Osvaldo tenha sido a resolução do contrato e não a sua revisão, o mercado pode evitar a extinção do negócio, oferecendo-se a aumentar equitativamente o preço que paga pelos tomates.

**III**. O fundamento para Osvaldo pretender a resolução é seu direito básico como consumidor, o que implica na revisão das cláusulas contratuais em razão de fatos supervenientes que as tornam excessivamente onerosas.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

**47**

Depois de receber um vasto conjunto de bens por herança, Henriqueta, que não tem herdeiros necessários, sentiu-se compelida a um ato de generosidade, doando diversos dos bens adquiridos para pessoas próximas e mantendo consigo o essencial para seu estilo de vida.
Para tanto, celebrou quatro contratos de doação:

**I**. Doou ações de uma companhia aberta a um nascituro, Enzo, o filho que sua amiga Cleonice (que aceitou de bom grado o presente) ainda carrega no ventre.

**II**. Doou uma joia a seu afilhado Isaías, de seis anos de idade, sem impor-lhe qualquer encargo, mas sem que seus pais tenham aceitado a doação.

**III**. Doou uma sala comercial para a Associação

de Defesa dos Transeuntes, que ainda está em fase de constituição.

**IV**. Doou um apartamento ao primeiro filho que Tobias venha a ter com sua atual esposa (Tobias ainda não tem filhos).

São válidas as seguintes doações:
(A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

**48**

Durante complexa investigação em curso, que apura supostos crimes praticados em detrimento da União Federal, descobriu-se o envolvimento de João, procurador regional da República (membro do Ministério Público Federal), que oficia perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apurou-se, ainda, que Caio, conselheiro do Tribunal de Contas do Município Alfa, no estado do Pará, estaria envolvido na prática dos atos ilícitos. Registre-se que há pertinência temática entre as condutas e as funções exercidas pelos agentes públicos, além de contemporaneidade.

Nesse cenário, considerando as normas atinentes à fixação da competência pelo foro por prerrogativa de função, é correto afirmar que:
(A) João será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça. Por sua vez, a conduta de Caio será analisada, de forma originária, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
(B) João será processado e julgado, originariamente, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Por sua vez, a conduta de Caio será analisada, de forma originária, pelo Superior Tribunal de Justiça;
(C) João será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça. Por sua vez, a conduta de Caio será analisada, de forma originária, pelo Supremo Tribunal Federal;
(D) João e Caio serão processados e julgados, originariamente, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
(E) João e Caio serão processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

**49**

Nos últimos anos, especialmente com as mudanças aprovadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, nota-se uma adaptação do sistema de previdência complementar aos anseios e desejos da Administração Pública e da sociedade. Sobre o tema, é correto afirmar que:
(A) o servidor público que ingressa na respectiva carreira após o advento da EC nº 103/2019, independente de prévia manifestação, é obrigatoriamente vinculado ao regime complementar de previdência enquanto permanecer no cargo público;
(B) a adesão do servidor público ao regime de previdência complementar patrocinado pelo ente público gera impedimento de nova adesão a plano previdenciário gerido por entidade aberta de previdência complementar;
(C) o servidor público, uma vez ocupante de cargo público de provimento efetivo, não tem a possibilidade de adesão à previdência complementar, haja vista a possibilidade de aposentadoria integral em regime próprio de previdência;
(D) a previdência complementar brasileira, no que diz respeito a servidores públicos, somente existe na hipótese de a atividade remunerada ser desempenhada no contexto do emprego público, ou seja, regida pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
(E) o servidor público, mesmo que ingresse em cargo público após o advento da EC nº 103/2019 e eventualmente seja submetido à adesão automática ao regime de previdência complementar, não poderá ser compelido a permanecer vinculado a esse regime, que é facultativo.

**50**

Certo ente federativo iniciou estudos para o desenvolvimento de um programa de aprimoramento da qualidade de ensino, por meio do qual se almejava direcionar recursos a escolas privadas que comprovassem a finalidade não lucrativa e aplicassem seus excedentes financeiros em educação, assegurando, ainda, no caso de encerramento de suas atividades, a destinação do seu patrimônio a outra escola de natureza específica, conforme indicado na ordem constitucional, ou ao Poder Público.

Durante os estudos realizados, concluiu-se corretamente que tais escolas:
(A) devem ser laicas;
(B) devem ser filantrópicas;
(C) podem ser confessionais;
(D) somente podem ser comunitárias ou filantrópicas;

(E) podem ser lucrativas, desde que o segmento para o qual os recursos serão direcionados seja filantrópico.

**51**

Lei distrital determina a pesagem obrigatória, na presença do consumidor, de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo (GLP), visando exercer proteção e defesa do consumidor.

Diante do exposto, é correto afirmar que a referida norma é

(A) constitucional por observar a competência concorrente dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre defesa do meio ambiente.
(B) inconstitucional, por usurpar a competência dos Municípios sobre matéria de interesse local.
(C) inconstitucional, por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre energia.
(D) inconstitucional, por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre defesa do consumidor.
(E) constitucional por observar a competência concorrente dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre defesa do consumidor

**52**

Sobre a controvérsia relativa aos requisitos constitucionais para a criação de cargos em comissão, é incorreto afirmar que

(A) os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
(B) a criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.
(C) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar.
(D) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.
(E) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

**53**

Sobre o estado de coisas inconstitucional, é correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal

(A) aplicou a teoria no caso da ausência de lei de greve para servidores públicos.
(B) aplicou a teoria no caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo.
(C) não adotou a teoria concebida pela corte colombiana.
(D) aplicou a teoria no caso do sistema penitenciário brasileiro.
(E) aplicou a teoria no caso dos de aborto de fetos anencefálicos.

**54**

Em recente julgamento do RE 999.435/SP, apreciando o Tema 638 da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal fixou tese acerca da necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores.

Com base nesse julgado, é **correto** afirmar que:

(A) a iniciativa da rescisão consiste em ato unilateral do empregador, razão pela qual a dispensa em massa de trabalhadores prescinde de negociação coletiva;
(B) a intervenção sindical pode ocorrer no curso do processo de desligamento em massa dos trabalhadores, desde que celebrada norma coletiva sobre o pagamento das parcelas resilitórias;
(C) considera-se dispensa em massa aquela que envolver o término simultâneo ou em curto espaço de tempo de mais de duzentos contratos de trabalho, por razões de ordem técnica, econômica e financeira enfrentadas pela empresa;
(D) é imprescindível a participação prévia dos sindicatos profissionais como requisito de validade das dispensas massivas, de modo a envolvê-los no processo coletivo com foco na manutenção dos empregos;
(E) a dispensa em massa decorre da necessidade de o ente empresarial reduzir definitivamente o quadro de empregados, exigindo-se a intervenção sindical inclusive nos términos dos contratos a prazo determinado.

**55**

A partir de uma noção ampla de liberdade, é possível chegar à contextualização de uma conduta antissindical.

Dentre as hipóteses abaixo, **NÃO** implica cerceamento do direito garantido constitucionalmente de livre associação para fins lícitos:

(A) pagamento de bonificação pela empresa a empregados que não participaram de movimento grevista, em razão da sobrecarga de trabalho que tiveram pela paralisação dos grevistas;
(B) na assinatura do contrato de emprego, a entrega, a pedido do empregado recém-contratado, de formulário pendente de assinatura, contendo declaração de oposição do trabalhador ao desconto das contribuições assistencial e confederativa;
(C) despedida imotivada de empregado eleito dirigente sindical de entidade associativa que ainda não obteve a concessão do registro sindical do órgão estatal competente;
(D) omissão da empregadora de enquadrar apenas os dirigentes sindicais recentemente eleitos, antes de sua posse efetiva, conforme novo plano de cargos e salários implementado pela empresa;
(E) empresa que, para concluir uma negociação coletiva, compromete-se a pagar uma quantia em dinheiro para o sindicato dos trabalhadores.

**56**
Com base no julgamento da ADI 5794/DF, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se acerca da alteração legislativa que suprimiu a compulsoriedade da contribuição sindical.

Nos termos dessa decisão, é **correto** afirmar que:
(A) a extinção da contribuição sindical necessita de aprovação por lei complementar, em paralelismo à idêntica obrigatoriedade existente para a criação de contribuições;
(B) a instituição da facultatividade do pagamento de contribuições sindicais demanda lei específica, de modo a evitar a inserção de benefícios fiscais em diplomas sobre matérias completamente distintas;
(C) a alteração normativa, ao afastar o pagamento obrigatório da contribuição sindical, configurou indevida interferência na autonomia da organização dos sindicatos garantida constitucionalmente;
(D) a contribuição sindical compulsória, criada no período do Estado Novo, converge com a liberdade de associação dos trabalhadores aos sindicatos;
(E) a previsão de pagamento de honorários sucumbenciais representou a ampliação das formas de financiamento da assistência judiciária gratuita prestada pelos sindicatos dos trabalhadores perante a Justiça do Trabalho.

**57**
Sobre o poder normativo da Justiça do Trabalho e as alterações constitucionais trazidas pela EC nº 45/2004, é **correto** afirmar, com base na jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, que:
(A) a anuência mútua das partes para ajuizamento de dissídio coletivo trabalhista fere frontalmente o princípio constitucional de livre acesso à Justiça, impondo indevida condicionante em afronta a cláusulas pétreas;
(B) com a exigência do mútuo acordo, o dissídio coletivo de natureza econômica aproxima-se de uma arbitragem pública, diante da necessidade de concordância expressa ou tácita das partes quanto à submissão do impasse à Justiça do Trabalho;
(C) para resolução dos conflitos coletivos, deve-se privilegiar a imposição do poder estatal sobre meios alternativos de pacificação e de autocomposição dos conflitos trabalhistas;
(D) diante da previsão constitucional de pressuposto processual intransponível, exige-se o mútuo consenso das partes para o ajuizamento de dissídios coletivos de natureza jurídica ou econômica;
(E) a concordância do sindicato ou do membro da categoria econômica para instauração de instância precisa ocorrer de maneira expressa, não se admitindo a materialização dessa negativa de forma tácita.

**58**
Alberto, depois de se embriagar voluntariamente em um bar, vai para casa, situada em uma vila residencial, com habitações padronizadas. Chegando à vila, confunde a casa da vizinha, Bianca, com a sua, e ali ingressa, aproveitando-se de que a porta, embora fechada, não está trancada. Ato contínuo, dirige-se para o quarto, onde, após se despir, se deita na cama, acreditando que a mulher ali dormindo seja sua companheira. Bianca acorda à noite e, ao perceber um homem nu dormindo ao seu lado, começa a gritar, despertando Alberto, que, assustado e sem entender bem o que está acontecendo, rapidamente se veste e deixa o local, correndo.

Diante do caso narrado, Alberto:
(A) não cometeu crime;
(B) cometeu o crime de ato obsceno;
(C) cometeu o crime de importunação sexual;
(D) cometeu o crime de violação de domicílio;
(E) cometeu os crimes de violação de domicílio e importunação sexual.

**59**

Mário, com a intenção de matar Rodrigo, efetua disparo de arma de fogo a média distância. Mário, porém, tropeça no momento do disparo, atingindo Rodrigo de raspão, no ombro, e vindo a ferir gravemente um desconhecido que caminhava pela rua. O desconhecido é socorrido e considerado fora de perigo, mas a ambulância que o levava ao hospital acaba se envolvendo em um acidente e ele vem a óbito em virtude da colisão.

Sobre a responsabilidade penal de Mário, é correto afirmar que Mário responderá:

(A) apenas por homicídio consumado;
(B) por duas tentativas de homicídio, em concurso formal;
(C) por lesões corporais culposas em concurso formal com homicídio consumado;
(D) por lesões corporais culposas em concurso formal com homicídio tentado;
(E) por tentativa de homicídio em concurso formal com homicídio culposo.

**60**

Analise as hipóteses a seguir, considerando que, em todas elas, Adalberto atua como partícipe, na condição de cúmplice ou instigador.

**I**. O autor principal comete um crime contra a vida, mas é considerado inimputável e é imposta medida de segurança.

**II**. O autor principal furta bem de valor irrelevante, sendo aplicado o princípio da insignificância.

**III**. O autor principal alega que agiu em estrito cumprimento do dever legal, argumento acolhido pelo juízo.

Com base na teoria da acessoriedade limitada, Adalberto responderá pelo crime, como partícipe, na(s) seguinte(s) hipótese(s):

(A) **I**, apenas;
(B) **I** e **II**, apenas;
(C) **I** e **III**, apenas;
(D) **II** e **III**, apenas;
(E) **I**, **II** e **III**.

**61**

O Código Penal foi parcialmente modificado, em 2021, para a inclusão dos crimes de perseguição e violência psicológica contra a mulher. Acerca dos citados crimes, é correto afirmar que:

(A) ambos os crimes são próprios em relação ao sujeito ativo;
(B) o sujeito passivo, nos dois crimes, somente pode ser mulher;
(C) ambos os crimes são de ação penal pública condicionada a representação da vítima;
(D) o crime de perseguição é material, ao passo que o de violência psicológica contra a mulher é formal;
(E) o crime de perseguição é habitual, enquanto o de violência psicológica contra a mulher não exige a reiteração da conduta criminosa.

**62**

Maria, funcionária pública, propõe a João, profissional liberal, ação conjunta visando à subtração de bem pertencente ao órgão público em que trabalha, aproveitando-se da ausência de vigilância no estabelecimento. Sobre a situação, é correto afirmar que:

(A) Maria responderá pelo crime de peculato-furto e João, pelo crime de furto, pois o peculato-furto é um crime funcional próprio;
(B) Maria responderá pelo crime de peculato-furto e João não responderá por nenhum delito, por não ser funcionário público;
(C) segundo posição do Superior Tribunal de Justiça, a depender do valor do bem subtraído por Maria e João, é possível aplicar o princípio da insignificância;
(D) João responderá por peculato-furto, pois ciente da condição funcional de Maria;
(E) Maria e João responderão pelo delito de furto, pois o peculato só admite as formas de apropriação ou desvio.

**63**

Em decorrência do agravamento de enfermidade psíquica, Demóstenes de Atenas, major da PM, foi aposentado por incapacidade laborativa de permanecer nos quadros ativos da Polícia Militar do Estado XX. Meses antes da aposentação, já severamente doente, Demóstenes foi preso em flagrante por ter cometido lesões corporais e desacato a superiores, tendo-lhes ofendido o decoro e deprimido a autoridade durante cerimônia militar pelo aniversário do seu batalhão. Quando das condutas delitivas, Demóstenes se encontrava de licença médica, tendo suspendido, por conta própria, a ingestão de medicamentos de uso controlado na crença de que estivesse curado, desejoso de retornar ao trabalho o mais rápido possível. Diante da

suspensão da medicação, o corpo médico administrativo que o assistia considerou que ele enfrentava, ao tempo dos fatos criminosos, considerável diminuição da capacidade de compreender o caráter ilícito dos crimes praticados.

Levando em conta que, após a prisão em flagrante, Demóstenes foi denunciado pela prática de três desacatos a superior e três lesões corporais, todos em concurso material, é correto afirmar que:

(A) em caso de comprovação dos fatos narrados na denúncia, bem como da comprovação das impressões médicas sobre o estado psíquico do réu Demóstenes ao tempo dos crimes, o réu deverá ser condenado, mas poderá ter a pena atenuada em razão da doença, sem prejuízo de a reprimenda ser substituída por tratamento curativo;
(B) em caso de comprovação dos fatos narrados na denúncia, a superveniência de aposentadoria por invalidez retroage à época dos fatos narrados na denúncia e determina a inimputabilidade penal do réu Demóstenes;
(C) em caso de comprovação dos fatos narrados na denúncia e da comprovação das impressões médicas quanto ao estado psíquico do réu Demóstenes no momento dos crimes, estará obstada sua condenação criminal desde que a sentença seja proferida em momento posterior ao da sua aposentação;
(D) a comprovação pericial do grau da enfermidade mental do réu Demóstenes ao momento dos crimes, tal qual indiciada pelo corpo médico administrativo, obsta sua condenação criminal independentemente do momento da sua aposentação;
(E) a suspensão voluntária da medicação impede que o réu Demóstenes seja considerado inimputável, uma vez que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.

**64**

Capitão da PM Caio, exercendo o controle de viaturas de determinado Batalhão de Polícia Militar, constatou que a viatura devolvida ao final do serviço do subtenente PM Tício e do Cabo PM Técio ostentava quilometragem muito superior ao esperado. Questionados por Caio sobre as causas do uso excessivo, Tício e Técio admitiram que se afastaram da escala de serviço predeterminada para visitar amigo comum gravemente enfermo, acamado em município vizinho a cerca de 150 km da área de abrangência do Batalhão.]

A partir da hipótese apresentada, é correto afirmar que se trata de:

(A) furto de uso, majorado por se tratar de veículo motorizado, cumulado com abandono de posto, ambos consumados;
(B) peculato de uso relativo ao veículo automotor utilizado, cumulado com abandono de posto, ambos consumados;
(C) peculato relativo ao combustível veicular consumido em excesso, cumulado com abandono de posto, ambos consumados;
(D) peculato relativo ao veículo automotor e abandono de posto, ambos consumados;
(E) furto simples do combustível consumido em excesso e na modalidade tentada, cumulado com abandono de posto consumado.

**65**

Após o juízo positivo de admissibilidade da ação, o oficial de justiça incumbido da diligência citatória, ao ser recebido pelo réu em sua residência, teve a impressão de que ele era mentalmente incapaz e não tinha condições de compreender o significado daquele ato.

Tendo o oficial de justiça exarado certidão da qual constava a descrição minuciosa da ocorrência, o juiz da causa, na sequência, deverá:

(A) nomear médico para examinar o citando e apresentar o correspondente laudo;
(B) extinguir o feito, sem resolução do mérito, por falta de pressuposto processual de validade;
(C) decretar a suspensão do feito, até que se carreiem aos autos elementos que confirmem, ou não, a incapacidade do réu;
(D) determinar a citação por edital do réu;
(E) determinar a citação por hora certa do réu.

**66**

Alex ajuizou ação em face do condomínio edilício em que tinha uma unidade autônoma, pleiteando a anulação das deliberações tomadas em assembleia que reputava inválida.

A petição inicial foi distribuída à 1ª Vara Cível da comarca X, mas, antes do juízo positivo de admissibilidade da demanda e da citação da parte ré, Alex manifestou desistência da ação, o que foi homologado por sentença pelo juízo.

Três meses depois, Alex intentou nova demanda em face do condomínio edilício, formulando o mesmo

pedido e invocando a mesma causa petendi, embora, desta vez, também tenha integrado o polo ativo Carlos, outro condômino que reputava nulas as deliberações tomadas na assembleia questionada.

Tendo a petição inicial da segunda demanda sido distribuída à 2ª Vara Cível da mesma comarca X, o juiz que a apreciou, tendo tido ciência da existência do primeiro feito, declinou da competência em favor do juízo da 1ª Vara Cível.

Recebendo, então, o segundo processo, o juízo da 1ª Vara Cível discordou do declínio operado e determinou a devolução dos autos ao juízo da 2ª Vara Cível.

Pode-se afirmar, nesse contexto, que:

(A) errou o juízo da 2ª Vara Cível da comarca X, pois, ao apreciar a petição inicial da segunda demanda, cabia-lhe julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da coisa julgada;
(B) errou o juízo da 2ª Vara Cível da comarca X, pois, ao apreciar a petição inicial da segunda demanda, cabia-lhe suscitar conflito negativo de competência;
(C) acertou o juízo da 1ª Vara Cível da comarca X, pois, concluindo pela competência do juízo da 2ª Vara Cível, cabia-lhe determinar a devolução dos autos;
(D) caso o juízo da 1ª Vara Cível da comarca X tivesse suscitado conflito negativo de competência, o tribunal deveria rejeitá-lo;
(E) caso o juízo da 1ª Vara Cível da comarca X tivesse suscitado conflito negativo de competência, o tribunal não deveria dele conhecer.

**67**

Caio ajuizou ação pleiteando a condenação de Tício a cumprir uma obrigação de fazer derivada de contrato por ambos celebrado.

Encerradas as fases postulatória e da instrução probatória, o juiz da causa proferiu sentença em que acolhia o pedido do autor, condenando o réu a cumprir a obrigação em certo prazo e cominando multa por dia de descumprimento.

Levando em consideração que as astreintes cominadas pelo órgão judicial não haviam sido postuladas por Caio em sua petição inicial, é correto concluir que a sentença:

(A) é nula, por ultra petita, cabendo ao tribunal, em sede de recurso de apelação, podar o seu excesso;
(B) é nula, por ultra petita, cabendo ao tribunal, em sede de recurso de apelação, invalidá-la;
(C) é nula, por extra petita, cabendo ao tribunal, em sede de recurso de apelação, invalidá-la;
(D) é nula, por extra petita, cabendo ao tribunal, de ofício, invalidá-la;
(E) é válida, já que proferida em conformidade com a disciplina legal aplicável.

**68**

Em um processo de execução fundada em título extrajudicial, o executado não foi localizado. Nesse contexto, deverá o juiz:

(A) determinar a remessa dos autos ao curador especial, a fim de que oferte embargos à execução em favor do devedor;
(B) extinguir o feito, por falta de pressuposto processual de existência;
(C) extinguir o feito, por falta de condição para o regular exercício do direito de ação;
(D) determinar o prosseguimento regular do feito;
(E) decretar a suspensão do feito.

**69**

Eduarda ajuizou reclamação trabalhista contra o seu empregador, que foi distribuída para a 5ª Vara do Trabalho de Itaporanga/PB. A juíza titular designou audiência telepresencial. No dia e hora marcados, Eduarda compareceu com seu advogado, a empresa restou ausente, mas o advogado da reclamada estava presente, informando que no dia anterior havia protocolizado pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe) sua defesa com documentos. O advogado de Eduarda requereu a aplicação da revelia e confissão, bem como a exclusão imediata da defesa e documentos apresentados.

Considerando a situação e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

(A) Deverão ser aceitos a contestação e os documentos apresentados.
(B) Por se tratar de audiência telepresencial, não poderá haver qualquer punição.
(C) Defesa e documentos juntados deverão obrigatoriamente ser excluídos.
(D) O juiz deverá analisar o caso concreto e decidir se a defesa e documentos devem ou não permanecer nos autos.
(E) Os documentos poderão permanecer nos autos, mas a defesa deve ser excluída.

**70**

Cláudio e o seu ex-empregador chegaram a bom termo num acordo extrajudicial para romper o contrato de trabalho de Cláudio e indenizá-lo em R$ 18.000,00 pelos anos de serviços prestados na empresa. Então, com cada parte assistida por seu próprio advogado, elaboraram uma minuta conjunta para homologação do acordo extrajudicial, que foi distribuída para a 10ª Vara do Trabalho, de Sousa/PB. O juiz designou audiência e, após interrogar o trabalhador, indeferiu a homologação desejada pelas partes porque concluiu que Cláudio seria prejudicado com o acordo, pois o valor foi reputado baixo pelo magistrado. Assim, o juiz extinguiu o processo na própria audiência.

Diante desta situação, assinale a afirmativa correta.

(A) Nada pode ser feito porque o juiz não tem obrigação de homologar o acordo pretendido pelas partes.
(B) As partes, em consenso, podem interpor recurso de agravo de petição para que o acordo seja homologado.
(C) Desta decisão judicial, que tem a natureza jurídica de sentença, caberá recurso ordinário para o TRT da 13ª Região.
(D) Qualquer das partes pode impetrar mandado de segurança para assegurar o direito líquido e certo de ter o acordo homologado judicialmente.
(E) Se as partes apresentam um acordo que não é homologado, a ação será automaticamente convolada em reclamação trabalhista e prosseguir na forma da CLT.

**71**

Em inquérito policial instaurado para apurar crime de furto, a autoridade policial concluiu pela existência de elementos mínimos sobre a autoria e a materialidade do delito e remeteu os autos ao Ministério Público. O promotor de justiça, discordando do relatório, promoveu o arquivamento fundamentadamente e comunicou à vítima, ao investigado, ao juiz e ao delegado de polícia.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

(A) no caso de discordância do arquivamento, o delegado de polícia poderá remeter os autos ao procurador-geral de justiça para revisão;
(B) no caso de discordância do arquivamento, o juiz poderá mandar desarquivar os autos do inquérito policial para a retomada das investigações;
(C) no caso de discordância, o delegado de polícia poderá proceder ao desarquivamento do inquérito policial e continuar as investigações;
(D) no caso de discordância do arquivamento levado a efeito pelo órgão ministerial, a vítima poderá ajuizar ação privada subsidiária da pública;
(E) no caso de discordância, a vítima poderá, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.

**72**

Roberto, vítima do crime de estelionato, ajuizou ação privada subsidiária em face de Pedro, diante da inércia do Ministério Público em promover a ação penal. Contudo, durante a instrução, Roberto, apesar de intimado, deixou de dar andamento ao feito por mais de 60 dias, mostrando-se negligente.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

(A) o feito deve ser extinto em razão da ocorrência da perempção;
(B) o feito deve prosseguir, com a retomada da ação pelo Ministério Público como parte principal;
(C) o feito deve ser extinto em razão da renúncia ao direito de queixa subsidiária;
(D) o feito deve ser extinto em razão da ocorrência da renúncia ao direito de representação;
(E) o feito deve prosseguir, e a Defensoria Pública deve retomar o processo como parte principal.

**73**

Em processo instaurado em razão da prática do crime de roubo, tendo como acusados Rômulo e Jair, o primeiro foi citado por edital, porém não compareceu e não constituiu advogado. Por sua vez, Jair encontrava-se no exterior em local sabido, tendo sido expedida carta rogatória para a sua citação.

Diante desse cenário, quanto ao curso do processo e da prescrição relativamente a cada um dos acusados, é correto afirmar que:

(A) em relação a Rômulo, será suspenso o curso do processo, mas não o do prazo da prescrição;
(B) em relação a Jair, será suspenso o curso do prazo da prescrição até o cumprimento da carta rogatória;
(C) em relação a Rômulo e a Jair, serão suspensos o curso do processo e o curso da prescrição;
(D) em relação a Rômulo, será suspenso o curso do prazo da prescrição, mas não o do processo;
(E) em relação a Jair, será suspenso o curso do processo e interrompido o curso da prescrição.

**74**

Marcos, preso preventivamente há dois anos, foi pronunciado, no dia 20 de janeiro de 2024, pela prática do crime de homicídio qualificado. Por sua vez, Lucas,

em prisão preventiva faz um ano e seis meses, foi pronunciado, no dia 20 de julho de 2023, pelo cometimento do crime de homicídio triplamente qualificado. Por fim, Hermes, que se encontra preso preventivamente há um ano, foi pronunciado, no dia 20 de fevereiro de 2020, pela perpetração do crime de feminicídio. Registre-se que não há qualquer motivo relevante que justifique a alteração na ordem dos julgamentos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, dar-se-á preferência ao julgamento dos processos de

(A) Marcos, Lucas e Hermes, nesta ordem.
(B) Marcos, Hermes e Lucas, nesta ordem.
(C) Lucas, Marcos e Hermes, nesta ordem.
(D) Lucas, Hermes e Marcos, nesta ordem.
(E) Hermes, Marcos e Lucas, nesta ordem.

**75**

Em tema de "Direitos e Garantias Fundamentais", a Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu Art. 5º, inciso LVII, que "*ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória*". A respeito do princípio da não culpabilidade, considerando a jurisprudência assentada do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

**I**. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
**II**. A condução coercitiva de pessoas investigadas ou réus para fins de interrogatório policial ou judicial é compatível com a presunção de inocência, dada a possibilidade de o conduzido exercer livremente seu direito de não responder às perguntas formuladas pela autoridade policial e de solicitar a presença de advogado para participar do ato.
**III**. A norma constitucional que veda a concessão de liberdade provisória em caso de crimes hediondos e equiparados é compatível com a presunção de inocência, dada a exigência de interpretação sistemática e harmônica do texto constitucional. Havendo prisão em flagrante de crime hediondo, o autor do fato deve permanecer preso durante toda a instrução, sendo-lhe, contudo, assegurado o direito de permanecer em estabelecimento prisional reservado a presos provisórios.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

**76**

Sobre as normas que regem o inquérito policial militar, é **correto** afirmar que

(A) não havendo dúvida sobre a inocorrência de fato típico, antijurídico e culpável, a instauração de inquérito policial militar é ilegal, podendo ser remediado através de habeas corpus.
(B) o policial militar de graduação superior atuará como encarregado do inquérito policial militar, sendo tal função indelegável.
(C) a polícia judiciária militar não pode representar pelo reconhecimento de insanidade mental do indiciado, pois trata-se de atribuição do Ministério Público a ser exercida após o recebimento da denúncia.
(D) em regra, o sigilo do inquérito policial militar é vedado, tendo em vista o princípio constitucional da transparência.
(E) o arquivamento do inquérito policial militar é definitivo, obstando a instauração de outro que investiga os mesmos fatos.

**77**

Dentre as disposições sobre a segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do Direito Público introduzidas no Decreto-Lei nº4.657/42 pela Lei nº 13.555/2018, é correto destacar que:

(A) as autoridades competentes não poderão editar súmulas administrativas com caráter vinculante, para fins de aumentar a segurança jurídica, tampouco regulamentos e respostas a consultas para tal finalidade;
(B) os atos normativos, especialmente aqueles voltados para a organização interna da Administração Pública, deverão ser precedidos de consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, assim como os demais atos que tenham tal natureza;
(C) a decisão do processo na esfera administrativa não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos;

(D) a revisão na esfera administrativa quanto à validade de ato, cuja produção já houver se completado, deve considerar a mudança de orientação geral, devendo aplicar a nova orientação para invalidar situações plenamente constituídas;
(E) a decisão administrativa que imponha nova orientação sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever, deve prever regime de transição quando indispensável para que tal novo dever seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente, sem prejuízo dos interesses gerais.

**78**

No que concerne à ação popular, é correto afirmar que:
(A) a sentença que rejeitar o pedido, por insuficiência de provas, é apta a ensejar a formação de coisa julgada material;
(B) a sentença que rejeitar o pedido está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
(C) a decisão concessiva da liminar requerida na petição inicial é insuscetível de impugnação por agravo de instrumento;
(D) o órgão do Ministério Público deverá defender a validade do ato impugnado, não lhe assistindo legitimidade recursal;
(E) o litisconsórcio ativo é vedado, tampouco sendo admissível que outro cidadão atue como assistente do autor popular.

**79**

Durante o cumprimento de pena em regime fechado, pela prática do crime de porte de arma de fogo de uso permitido, a companheira de Marcos veio a óbito.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que Marcos
(A) não terá direito à permissão de saída, por se tratar de condenado em cumprimento de pena em regime fechado.
(B) não terá direito à permissão de saída, pois não houve a morte de ascendente ou descendente.
(C) terá direito à permissão de saída, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional.
(D) terá direito à saída temporária, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional.
(E) terá direito à saída temporária, a ser concedida pelo juízo da execução

**80**

O Ministério Público propôs a José, acusado de praticar infração penal de menor potencial ofensivo, a aplicação imediata de pena restritiva de direitos, devidamente especificada. Com o aceite de José e da defesa técnica, o juiz competente acolheu a proposta, aplicando, na sequência, a pena restritiva de direitos, que não importará em reincidência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que José se beneficiou da (de)
(A) suspensão condicional do processo.
(B) acordo de não persecução penal.
(C) composição dos danos civis.
(D) colaboração premiada.
(E) transação penal.

## Discursiva

Quando, em 19 de julho, computadores e sistemas de tecnologia ao redor do mundo ficaram inoperantes, tendo a falha interferido no funcionamento de aeroportos e escritórios e nas operações prisionais, muitas pessoas fizeram uma pergunta: como é possível que isso tenha ocorrido em 2024?

Uma atualização de software de uma única empresa de segurança cibernética sediada nos Estados Unidos da América foi a raiz do caos, o que ressalta a fragilidade da economia global e sua dependência de sistemas de computador.

Internet: <www.cnnbrasil.com.br> (com adaptações).

Com o crescimento da importância e da visibilidade da inteligência artificial, estão aumentando também as preocupações com as consequências negativas da utilização dessas tecnologias.

Para além do tema mais notório do futuro do trabalho, possíveis complicações abrangem desde a discriminação de determinados segmentos até a própria mudança da noção de humanidade e da prevalência desta sobre as máquinas, incluídos ameaças à privacidade, danos à organização de mercados e abusos no emprego de armas.

A inteligência artificial envolve processamento complexo cuja eficácia demanda uma grande quantidade de dados. Por isso, o funcionamento adequado desses sistemas e eventuais ganhos consequentes exigem uma coleta crescente de informações. Tais soluções podem amplificar a já forte preocupação com a proteção de dados pessoais.

Internet: <https://agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

---

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

**O COTIDIANO DA HUMANIDADE MOLDADO PELO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 exemplos dessas tecnologias e seu emprego no cotidiano atual; [valor: 6,00 pontos]
2 três possíveis riscos associados ao uso dessas tecnologias; [valor: 8,00 pontos]
3 possível reflexo do uso dessas tecnologias sobre as desigualdades sociais já existentes. [valor: 5,00 pontos]

| | |
|---|---|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |